

O CLUBE MILITAR E O PENSAMENTO REPUBLICANO

Renato J. P. Restier Junior (*)

Tanto na historiografia militar quanto política, é consensual atribuir ao Clube Militar grande responsabilidade pela mudança do regime monárquico para o republicano. Isto fica evidente com a ocupação de altos cargos no governo republicano já nos primeiros anos por militares sócios do clube – o maior cargo foi a presidência ocupada por Deodoro, que foi também o primeiro presidente do Clube Militar. Portanto, não é objetivo deste artigo levantar uma discussão sobre a importância do Clube Militar na *Proclamação da República*, nem mesmo sobre a importância de militares como Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant neste evento.

Entretanto, o que mais nos chama a atenção é o fato de que os sócios do Clube Militar que estiveram juntos na proclamação entraram em atrito no governo de Deodoro – mais precisamente com o próprio presidente –, somando, dessa forma, a outros fatores que resultaram no fim da primeira

experiência de governo republicano.

Tal contradição nos leva a discutir sobre a relação do Clube Militar com o pensamento republicano, sendo este o objeto do presente artigo. Surge, então, um primeiro questionamento: qual o projeto político republicano do Clube Militar? A resposta desta questão responderemos no decorrer deste artigo.

Para esta pesquisa foram utilizadas fontes impressas como os periódicos da época. Por exemplo, a *Revista do Exército Brasileiro*, cuja coleção utilizada neste trabalho se encontra no Clube Militar; os Almanques do Ministério da Guerra dos anos de 1889 e 1891, estes se encontram na Biblioteca do Exército; Ordens do Dia de 1884 a 1889 que estão no Arquivo Histórico do Exército; a *Revista da Família Acadêmica*, os jornais *O Paiz*, *A Gazeta* e *Diário de Notícias*, *A Federação* e *A Democracia*, todos na Biblioteca Nacional. Também utilizamos fontes manuscritas como correspondências do Clube Militar, correspondências particulares de sócios do clube e algumas atas do mesmo transcritas e já publicadas. O acervo do Museu Casa de Benjamin Constant possui uma série de documentos manuscritos e impressos que serão apresentados durante esta discussão.

(*) O autor é Bacharel e Licenciado em História pela UGF, aluno do curso de Pós-Graduação em História Militar Brasileira da UNI-RIO/IGHMB/EB-DEP e Professor de História dos Colégios Guarany e EDUCO-CPS).

É necessário analisar o contexto sócio-econômico e político da segunda metade do século XIX, ou seja, um contexto de diversas mudanças se consolidando e consolidadas no Brasil, influenciadas pelas transformações no cenário mundial, levando à obsolescência da Monarquia.

No contexto econômico a substituição das regiões tradicionais como as do Vale do Paraíba pelo Oeste paulista como centro de força na produção cafeeira. A emancipação desta última se explica pela execução de políticas de beneficiamento do café. A utilização de métodos mais modernos na produção com a utilização das máquinas e do trabalho livre imigrante se mostraram mais lucrativos que o escravo. Somam-se o espaço natural da região que era mais propício para o plantio do café e as características do produtor de café do Oeste paulista – era menos um fazendeiro, como os produtores das zonas tradicionais, e mais um empresário. Segundo Octavio Ianni em sua obra *Raças e Classes Sociais no Brasil*, a comercialização do café acabou por impor “a reelaboração dos fatores e da organização na fazenda, transformado-a numa empresa, no sentido de empreendimento capitalista”.

Outro aspecto de grande importância neste contexto foram as reformas infraestruturais, mais precisamente o processo de urbanização e o surto das estradas de ferro. Os problemas de transporte do café levaram à ampliação das ferrovias que permitiram maior dinamismo ao

escoamento do café e sua conservação, visto que com as tropas de muares o café ficava exposto a variações climáticas, poeira, lama, etc.

No que se refere ao contexto social identificamos o movimento abolicionista que tinha pretensões além do que simplesmente a abolição da escravidão. André Rebouças, Antonio Bento, Senador Dantas, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, entre outros, objetivavam a inserção do ex-escravo a uma condição de cidadão através da ampliação da educação e participação política, além da ampliação das possibilidades econômicas. Tais abolicionistas tinham o ideal de que esses grupos assumissem um lugar de igualdade na sociedade brasileira. Tanto que após a abolição a “Confederação Abolicionista não foi terminada e sim mantida para a promoção de novas reformas”. Contudo, tais objetivos não foram alcançados fazendo com que o movimento abolicionista acabasse com a abolição e sem, contudo, promover reformas sociais. Os ex-escravos, sem poder competir com os imigrantes, acabaram tendo que trabalhar num regime semelhante ao de antes do 13 de Maio, alguns se aventurando nas cidades vivendo de expedientes, em tarefas subalternas, outros abandonaram as fazendas e subsistiam. Para Emília Viotti, o negro acabou se tornando um marginal, foi “abandonado à sua própria sorte”. Sobre essa questão, o malogro das propostas de reformas sociais, Robert Conrad aponta o seguinte:

“Foi o resultado, sim, de uma poderosa reação à abolição, da dispersão do movimento de reforma radical depois da queda do Império em 1889 e da reconsolidação, nos anos seguintes, de disposições tradicionais e da conservação de grande parte do espírito e da organização do antigo regime”.

Identificamos também um aumento do fluxo de imigrantes para o Brasil, direcionados principalmente para o Oeste paulista, e a formação de núcleos urbanos, ou “classe média” como preferem alguns historiadores, que não se identificavam com os trabalhadores rurais e nem com os grandes proprietários. Configura-se então um novo grupo social e com interesses distintos, tanto que os movimentos abolicionista e republicano se formaram primeiramente nesses núcleos urbanos.

Em se tratando de cenário política os sucessivos revezamentos entre os partidos Liberal e Conservador na formação dos gabinetes, sem haver, no entanto, grandes diferenças entre os atores políticos quando chegavam ao poder. Isso se deve ao fato de que, como afirma Beatriz Leite, da “aristocracia rural saia a liderança política”.

A variação de atores políticos na formação dos gabinetes acabou também por dificultar ações administrativas em longo prazo, o fato é que de 1880 a 1889 estiveram no poder dez governos, cada qual com agentes políticos diferentes e com

visões próprias, quatro legislativos dentro deste curto período quando cada um deveria ter quatro anos de duração. Seria equivocado “atribuir toda a inércia administrativa aos homens que detinham o poder”.

Dentro deste conturbado jogo político entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, surgem renovadas as idéias federalistas e republicanas provocadas pelos interesses específicos dos grupos sociais que se antagonizavam com a Monarquia, principalmente os cafeicultores paulistas que na segunda metade do século XIX geravam a maior renda para o Estado e almejavam maior autonomia administrativa e maior participação política. Após 1870 começaram a ser formados clubes e partidos republicanos, sendo os mais influentes os partidos do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Todos esses fatores se encaminhavam para uma nova realidade política. Hoje, analisamos a queda da Monarquia no Brasil de forma pluricausal. A realidade política e sócio-econômica pela qual passava a Monarquia comprometiam a sua continuidade. As estruturas econômicas e sociais sofreram transformações na segunda metade do século XIX que foram rompendo a estrutura política vigente.

O *Quinze de Novembro* foi fruto de fatores conjuntos como as *Questões Militar e Religiosa*; as transformações sócio-econômicas promovidas para atender as necessidades do café em

amplo crescimento na zona Oeste de São Paulo, formando novos grupos sociais com novos interesses; a Abolição que completou a derrocada das zonas tradicionais de plantação do café; as idéias republicanas, etc. Todos esses fatores se analisados separadamente são insuficientes para explicar o ocaso do Império.

Assim, surgiu o Clube Militar após as transformações nas Forças Armadas antes e depois da Guerra do Paraguai e que resultou na participação de militares em questões políticas e sociais – a *Proclamação da República* e a *Abolição* são exemplos disso.

Em função dessa maior presença de militares em questões políticas e sociais surgiram conflitos com o governo Imperial. Estes conflitos foram se desenvolvendo e resultaram no que chamamos de *Questão Militar*, somando-se, dessa forma, como um dos fatores que resultaram na formação do Clube Militar.

Como terceiro fator, ao qual não é dada a devida importância para a formação do Clube Militar, foi o papel de uma parcela da imprensa que buscou inflamar as relações dos militares com o governo, auxiliando para o surgimento da *Questão Militar* e explorando a mesma posteriormente. Segundo a análise do professor Lacombe:

“(…) os republicanos, tendo à frente, no Rio de Janeiro, Quintino Bocaiúva, estavam convencidos de que, sem a ação do exército seria impossível mudar o regime”.

A imprensa republicana, de tendência republicana ou, ao menos, contra a monarquia, se colocou como “porta-voz” e “defensora” das reformas e reivindicações dos militares. Segundo Emília Viotti, Campos Salles “achava que os republicanos deveriam aproveitar a questão militar”, o que foi decisivo na queda da Monarquia por um movimento articulado entre os oficiais e os republicanos civis. Lincoln Penna aponta que Quintino Bocaiúva procurava “indispor os militares com o governo”. Oliveira Vianna assim define:

“Para esta excitação tão grande dos elementos militares contribuiu a própria psicologia dos cidadãos fardados, que, como vimos, é essencialmente deflagrante; mas também concorreu, não menos poderosamente, a ação excitadora dos políticos civis”.

Para comprovar tal hipótese de trabalho selecionamos alguns jornais em que seus editores tiveram contato com os militares, inclusive o de Quintino Bocaiúva supracitado (*O Paiz*), e outros pela forma mais agressiva com que expunham suas opiniões. Um dos jornais foi *A Federação* que publicou fortes críticas ao governo no caso de Senna Madureira.

Quando o tenente-coronel foi demitido da Escola de Tiro de Campo Grande em 1884 em resultado ao ocorrido com ex-ministro da Guerra Franco de Sá, no ano seguinte foi nomeado comandante da Escola de Tiro do Rio Pardo na Província do Rio Grande do Sul e, com isso, entrou

em contato com os republicanos que lá já se encontravam, inclusive com o jornal supracitado do republicano Julio de Castilhos. Foi neste mesmo jornal que Senna Madureira publicou artigos em retaliação às acusações que lhes foram feitas pelo ex-ministro. Sobre a punição de Senna Madureira respondeu assim o jornal:

“Para demitir o ALTIVO MILITAR o governo empregou o mesmo processo de que fez uso para retirar do commando das armas o general Deodoro: a clandestinidade e a surpresa.

‘Demitindo o tenente-coronel Madureira, resta saber que destino foi ou vai ser dado à petição em que elle requereu conselho de guerra.

‘O governo prepara talvez uma ultima de mão inspirada pela perfidia á covardia, mas ilude si pensa abater pela intimidação a altivez do bravo militar, a quem a intrepidez de seu character e os dictames da consciencia collocam n`esta alternativa.

‘Ou ha de ser julgado e condemnado por seus pares em conselho de guerra por ter sido altivo diante do arbitrio, ou ha de ver supprimida da sua eloquente fé de officio a nota com que um ministro mediocre tentou humilha-lo”.

Em meio à atmosfera criada entre o governo e os militares, auxiliado por forças que se aproveitaram do ambiente, surgiu o Clube Militar no dia 26 de junho de 1887 na sede do Clube Naval, que concentrou o restrito grupo de militares que estavam envolvidos

com a *Questão Militar* como Deodoro da Fonseca, Senna Madureira, Benjamin Constant, Cunha Matos, general Câmara, também oficiais da Marinha como Custódio de Melo e Eduardo Wandenkolk, entre outros. Sem contar também com a “mocidade militar” que compareceu em massa na reunião no Teatro Recreio em 02 de fevereiro do mesmo ano.

O projeto idealizado pelo tenente Thomaz Cavalcanti de Albuquerque previa a formação de núcleos nas principais províncias para coordenar melhor os encontros militares que ocorriam desde as residências desses militares e até teatros e bibliotecas.

Após as devidas considerações, necessárias para entender o contexto e a própria formação do clube, retomemos o cerne da discussão deste artigo que é a relação desta instituição com o pensamento republicano, precisamente entender o projeto de república organizado pela mesma.

Num primeiro momento a questão estaria resolvida se tomássemos como paradigma republicano a doutrina de Comte. Entretanto, em se tratando de pensamento positivista, devemos atentar ao fato de que, como qualquer outra vertente filosófica, não se manifestou homogênea nos grupos ou pensadores que dela se serviram. O positivismo militar não foi o mesmo que o positivismo ortodoxo da Igreja Positivista de Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Enquanto para estes a vertente dogmática de Comte é que

foi dada maior importância, para os militares, principalmente os jovens da Escola Militar da Praia Vermelha, o cientificismo era o que imperava. No que se refere à república, Schulz aponta a grande diferença:

“Muitos positivistas militares, como Constant, Lauro Sodré, Serzedello Corrêa e Augusto Vinhaes, foram considerados hereges por acreditarem no sistema parlamentar e se oporem à estrutura autocrática do Apostolado”.

A discussão poderia estar se encaminhando para um desfecho na medida em que nos conformássemos com uma resposta com base no modelo republicano positivista de Litré, indicado acima por Schulz, como sendo o modelo destes oficiais. Entretanto, saindo da generalização e aprofundando a visão sobre esses oficiais percebemos que a resposta não é tão simples.

Na falta de documentos procuramos analisar alguns oficiais do clube separadamente e logo nos veio uma outra visão. Há uma distância considerável entre afirmar que o Clube Militar foi um dos principais elementos para a queda da Monarquia e dizer que havia no mesmo um projeto político republicano organizado. Não há documentos que nos levam a crer que havia um programa político republicano, pelo menos os escassos registros que ainda existem. Segundo Morivalde C. Fagundes:

“Em primeiro lugar, o que era o Clube Militar no seu nascedouro?

Como não poderia deixar de ser, um órgão de classe, formado, naturalmente, por oficiais esclarecidos e idealistas, isto é, a ala mais progressista do Exército, com a participação de alguns da Armada. Finalidade básica: defender os direitos e os legítimos interesses da classe militar”.

Tanto não havia nada relacionado a uma associação de fundo político que o governo procurou impedir a continuidade do clube e não conseguiu. Encontramos no Museu Casa de Benjamin Constant uma preciosidade que é o primeiro estatuto do clube que não tem nada registrado em relação a qualquer envergadura político-partidário.

Cabem então duas questões: se os principais oficiais envolvidos no *15 de Novembro* pertenciam ao Clube Militar, como não ter sido o clube um espaço republicano e, portanto, não possuir um projeto minimamente organizado? A primeira hipótese a ser lançada é sobre o grupo que compunha o clube. O mais provável é de ter sido o Clube Militar um espaço composto por elementos de tendências de pensamento distintos. A segunda é: como o Clube Militar foi o mecanismo para a mudança de regime sendo um espaço ideologicamente heterogêneo? A esta questão responderemos mais adiante com o aprofundamento da discussão da primeira questão.

Celso Castro em sua obra *Os Militares e a República*, utilizando para tanto o modelo de William S.

Dudley em *Reform and Radicalism in the Brazilian Army 1870-1889*, aponta a existência de três gerações de militares até o ano da proclamação, tendo a Guerra do Paraguai como o “marco principal”. A primeira denominada de *prewar generation*, ou seja, aqueles militares já oficiais generais no final do século XIX, que ingressaram na carreira militar por volta de 1830 e participaram de algumas campanhas no período Regencial, na Argentina contra Rosas e a Guerra do Paraguai como oficiais de médio escalão. A segunda geração é a *war generation*, ou seja, oficiais superiores de major a coronel àquela altura e que provavelmente ingressaram na carreira militar por volta da década de 1850. A Guerra do Paraguai sendo a única grande campanha de suas carreiras. Esta geração foi a que mais sofreu com lentidão de promoções e baixos soldos, visto que foi o período posterior à guerra que o Estado reduziu os recursos para as Forças Armadas. Enfim, a terceira geração é a *postwar generation*, militares que no período do *15 de Novembro* tinham por volta de 30 anos e estavam no máximo no posto de capitão. Dentre todas as gerações, é a que mais se compõe de oficiais que cursaram ensino superior, é a “mocidade militar”, mais científica do que militar. A maioria estudou na Escola Militar da Praia Vermelha.

Utilizando-nos da mesma fórmula que Dudley, percebemos que ela também é aplicável ao Clube Militar. Utilizaremos para esta análise oficiais que se destacaram nos

eventos entre os militares e o governo na década de 1880, começando então com três militares para exemplificar a existência da primeira geração no Clube Militar: Deodoro da Fonseca, visconde de Pelotas (general Câmara) e o visconde de Maracaju (general Enéas Galvão), e já começamos a responder a primeira questão, pois além de terem um grande histórico de campanha tinham outro aspecto em comum, sendo o mais importante para esta discussão, nenhum era republicano.

A segunda geração de militares teoricamente teria que ser a ala mais radical do clube, pois foi o grupo que participou da Guerra do Paraguai como oficiais subalternos e vivenciou um período de redução de recursos financeiros. Foi ainda neste grupo que começaram os conflitos com os políticos do Império na década de 1880.

Com todas essas questões supracitadas a segunda geração não chega ser, no início, o grupo radical. O mais radical dos fundadores do Clube Militar foi Senna Madureira, mas faleceu em 28 de janeiro de 1889, com isso sem participação na conspiração que derrubou a Monarquia.

Cunha Matos, outro militar da segunda geração, que além de pertencer ao Partido Liberal ficou ausente da conspiração republicana – durante este período ocupava a presidência da província do Mato Grosso. Junto a Senna Madureira tiveram um primeiro impasse com outro membro do Clube Militar,

Benjamin Constant, sobre a questão das notas de punição em fês-de-ofício durante a *Questão Militar*. Quando o ministro da Guerra Joaquim Delfino Ribeiro da Luz determinou que as notas seriam trancadas assim que os militares solicitassem o mesmo, Senna Madureira e Cunha Matos se recusaram a fazer a solicitação, pois exigiam que o governo reconhecesse o erro e limpasse as fês-de-ofício. Consta, segundo Cunha Matos, que Benjamin censurou-os afirmando que teriam que requerer o trancamento das notas e acusando-os de “(...) turbulentos que querem fazer a República (...)”.

Desfazendo alguns equívocos, Celso Castro aponta, utilizando para tanto relatos de ex-alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, que Benjamin não fazia discussões políticas dentro da Escola, ou uma espécie de proselitismo dentro da mesma. Não existem fontes que apontem um relacionamento informal com os alunos. O ensino de matemática era a única atividade que Benjamin preenchia na Escola Militar. De fato, Benjamin Constant pouco se ocupou em relação à carreira militar, justificando pouca participação durante a *Questão Militar*. A lembrança que se constrói de Benjamin, segundo José Murilo de Carvalho, muitas vezes é a de um apóstolo, de um doutrinador, de um mestre e não “como representante da classe militar” em primeiro plano.

Lembremos também de Mena Barreto, Sebastião Bandeira e Solon Ribeiro. Eram mais radicais que

Benjamin, no entanto chegaram num período posterior à *Questão Militar*. A questão que movia os dois primeiros era antes o problema com a política de Silveira Martins no Rio Grande do Sul do que o ideal republicano. Já Solon Ribeiro, a que tudo indica o único já determinado republicano, não se expressou durante a *Questão Militar*, manteve-se isolado. De acordo com Sampaio Neto:

“Para o Major Solon (palavra oxítone), como era conhecido e tratado, o ideal republicano de liberdade não representava motivação forte. Seu sentimento de liberdade não ia a ponto de procurar encontrá-la fora dos limites da ordem e da lei. Era disciplinado. Esse sentimento ajustava-se perfeitamente à sua formação militar e ao seu caráter. O debate, as discussões, a visão diferente de igualdade que se generalizava nas unidades da Corte, suscitaram em seu espírito dúvidas que antes não havia. Procura inteirar-se, procura compreender como seria igualdade no regime republicano, para continuar seguindo a diretriz de fraternidade, que era o traço marcante de sua índole”.

A terceira geração, também denominada “mocidade militar”, se caracterizava, se não todos a grande maioria, por não pertencerem à aristocracia rural e pelo forte espírito cientificista. Essa geração era representada no Clube Militar por vários oficiais que os nomes não temos acesso na íntegra por falta de

documentação, mas os mais ativos podem ser citados como os tenentes Thomaz Cavalcanti, Jaime Benévolo, Lauro Sodré, o alferes-aluno José Bevilacqua, Tasso Fragoso e o principal destes, a “voz” da “mocidade militar”, o capitão Serzedelo Corrêa, o mesmo que fez os primeiros contatos com os republicanos civis, recebendo uma recusa de Pelotas a uma iniciativa mais radical em relação aos acontecimentos durante a *Questão Militar*. Sabemos que esses oficiais de patentes mais baixas formavam a maioria dos associados.

Começamos a responder a segunda questão à partir desta geração. Segundo Oliveira Viana, no início “o movimento militar não tinha intuítos republicanos”. Esta colocação só está parcialmente correta se o autor estiver se referindo aos militares “não-republicanos”, até mesmo os oficiais moderados já discutidos. Mas não traduz todo o grupo de militares que se envolveu nos conflitos com o governo, e sim a minoria. Na realidade, essa pequena parcela de militares envolvidos nos desentendimentos com o governo era formada em sua maioria pelos jovens militares republicanos. Como afirma Umberto Peregrino, por ser a Escola Militar da Praia Vermelha composta por esse grupo de militares de uma geração distinta e até mesmo de um componente social diferente justifica:

“(…) que tivesse sido a Escola Militar, nos fins do século XIX, o pólo de atração de tantos e de tão altos valores que dali se projetariam poderosamente na

vida nacional, a ponto de se tornarem os artífices da substituição do regime monárquico”.

Em se tratando do Clube Militar temos que lembrar que o projeto de criação de núcleos militares era do tenente Thomaz Cavalcanti, também difundido pelo capitão Serzedelo Corrêa. A primeira reunião para a discussão deste projeto foi na casa deste último. A redação da carta assinada por Deodoro à princesa Isabel, que tratava da insatisfação dos militares em serem utilizados na captura de escravos fugidos em 1888 era de autoria dos jovens oficiais Serzedello Corrêa e Jaime Benévolo. Outro oficial importante foi Lauro Sodré que fez parte ativa no Clube Republicano do Pará fundado em 1886, sendo punido em julho de 1889 ao fazer um discurso espinhoso neste mesmo clube após ter executado a ordem de comandar a guarda de honra na visita do conde D’Eu.

Entre 1888 e 1889 a situação entre os militares e o governo já era menos tensa. Deodoro estava no Mato Grosso, Maracaju assumiu a pasta da Guerra, Senna Madureira havia falecido no início de 1889 e Benjamin Constant se mantinha ainda numa postura moderada e mais preocupado com suas aulas do que com política, ou seja, o ambiente parecia tender para um real apaziguamento. Foi neste momento que a terceira geração começou a se mobilizar. A “mocidade” percebeu já

em 1887 que os conflitos estavam sendo amenizados com o trancamento das fês-de-ofício pelo governo. O palco para o início da radicalização foi a Escola Militar da Praia Vermelha. O clima criado dentro da Escola Militar, também alimentado pelo atraso nas promoções a alferes-aluno de três turmas, estava tão tenso que foi criada a Escola Superior de Guerra no início de 1889 com o intuito de minimizar as ações dos jovens militares. Para a Escola Superior de Guerra foi transferido o ensino das “armas científicas”. Além dessa medida, o governo tomou outras duas como efetivar as promoções atrasadas e tentou se aproximar de Benjamin Constant oferecendo finalmente a nomeação a lente catedrático, o título de conselheiro e a vice-direção da Escola Superior de Guerra, ofertas recusadas por Benjamin.

Estas ofertas do governo a Benjamin Constant se explicam pelo estreitamento das relações entre o mesmo e a “mocidade militar”. Sua recusa, entre outras coisas como discursos externando sentimentos identificáveis com as aspirações da “mocidade militar” e comparecimento em reuniões, foi a forma com que Benjamin retribuía as apreciações da “mocidade”.

Em maio de 1888 Benjamin recebeu o título de tenente-coronel – uma promoção por antiguidade e sem qualquer representação de grande importância em sua carreira militar. Foi a partir daí que a “mocidade” promoveu uma série de homenagens

ao professor de matemática. Tal aproximação aconteceu por ter sido Benjamin Constant eleito “líder” da causa republicana pelos oficiais da terceira geração. Em 1889, o único militar de alta patente vivo que atuou, mesmo que moderado, durante a *Questão Militar*, e definitivamente republicano era Benjamin, já que Madureira tinha falecido. Um outro fator de aproximação foi a identificação entre a juventude militar e Benjamin em função do forte espírito cientificista positivista, visto que tanto a juventude quanto seu “líder” eram mais cientistas do que militares. Concluimos daí, com base na argumentação de Celso Castro, o contrário do que se pensava sobre a relação de Benjamin e a “mocidade militar”, foi a “mocidade” que se aproximou de Benjamin que progressivamente foi retribuindo à medida que radicalizava.

Em 15 de setembro, três dias depois da chegada de Deodoro, insatisfeito com a nomeação de Cunha Matos à presidente da província do Mato Grosso – além da já conhecida antipatia recíproca entre Cunha Matos e Deodoro, este, enquanto comandante de Armas, teria que se submeter a um coronel, ou seja, a um militar de patente inferior – e com a carta de Maracaju tratando de sua exoneração do cargo de comandante das Armas desta província e de sua volta à Corte, ocorreu um incidente de pequena proporção, principalmente porque o militar envolvido não era tão “estimado dos seus colegas”, mas que

a “mocidade militar”, procurando um subterfúgio para incitar novamente os conflitos, tentando fazer uma ponte com a *Questão Militar* antes da formação do Clube Militar, tratou de maximizar o fato que foi também inflamada pela imprensa.³⁴ Segundo Castro:

“(...) toda a ação da “mocidade militar” – agora contando com o envolvimento de Benjamin Constant – será no sentido de forjar uma continuidade da Questão Militar de 1886-87 com o ‘incidente Carolino’.”

O fato em questão foi o resultado de uma visita inesperada de Ouro Preto ao Tesouro. Não estava em seu posto o comandante da guarda, o tenente Pedro Carolino que, segundo Ouro Preto, estava dormindo, a versão de Carolino é a de que estava no banheiro. Ouro Preto puniu o tenente com a prisão, atravessando o procedimento porque não se comunicou antes com o superior de Pedro Carolino. A imprensa tratou de alardear o fato de um civil punir um militar “infringindo todas as leis e regulamentos da disciplina militar”. Foi o estopim para uma série de episódios envolvendo militares, inclusive com um outro membro do Clube Militar que se associou em novembro de 1889, o tenente-coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet, daí então os laços de Benjamin e a “mocidade militar” se consolidam.

“(...) Ocorreram em setembro vários incidentes nas capitais de

São Paulo e Minas, e no dia 10 de outubro o décimo-nono batalhão precisou ser transferido de Ouro Preto em virtude de freqüentes confrontações com a polícia. Alguns dias mais tarde (23 de outubro), o governo provocou um conflito com o Tenente-coronel Mallet, o comandante da recém-inaugurada escola militar do Ceará, em virtude da nomeação de um instrutor. A subsequente remoção de Mallet forneceu mais munição para a imprensa republicana. No dia 23 de outubro, no Rio, Benjamin Constant fez um discurso durante um banquete em honra de oficiais da marinha chilena em visita à Escola Superior de Guerra. Na presença de Cândido de Oliveira, o ministro da guerra em exercício, Benjamin bradou: ‘Viva a República... do Chile’ (...).”

Celso Castro afirma, tendo utilizado para tanto o diário de Bernardina, filha de Benjamin, que após este incidente houve uma série de visitas de alunos da Escola Superior de Guerra e, com mais freqüência, a do tenente Jayme Benévolo (tesoureiro do Clube Militar àquela altura) à casa de Benjamin.³⁸ Este mesmo se encontrava bastante doente, mas mesmo assim recebeu as visitas dos alunos que fizeram pressão para a convocação de uma reunião no Clube Militar para tratar do incidente com o tenente Carolino. Benjamin requere a Deodoro uma reunião num documento assinado

pelo grupo pertencente à terceira geração, dentre os oficiais que assinaram encontramos Augusto Tasso Fragoso, José Bevilacqua e Jayme Benévolo.

“Illmº e Exmº Sr. Presidente do Club Militar da Côrte. Os abaixo assignados pedem a V. Exa. para que seja convocada uma sessão extraordinária, para tratar-se de negocio urgente e relativo aos direitos e garantias da classe. Em tempo declaramos que o fim dessa sessão é tratar do incidente occorrido, na guarda do Thesouro, entre o seu commandante e S. Exa. o Sr. Presidente do Conselho”.

Mesmo tendo a recusa de Deodoro e o conselho de Benjamin para manter uma postura mais paciente, a “mocidade militar” não cessou com as visitas à casa de Benjamin, principalmente Jayme Benévolo. Depois da saúde estabilizada, Benjamin teve encontros com Deodoro tentando convencê-lo da gravidade do problema, o que exigia uma sessão no Clube Militar que aconteceu no dia 09 de novembro.

Outros jovens oficiais pertencentes ao Clube Militar também tiveram participação importante como o tenente Saturnino Cardoso que esteve na casa de Benjamin em 06 de novembro para tratar do “incidente Carolino” e, provavelmente, detalhes sobre o golpe. Junto estavam o já citado Mena Barreto e o jovem alferes Joaquim Inácio B. Cardoso que já vinha atuando em conjunto com o primeiro e Sebastião Bandeira, e no

dia 14 de novembro espalhou rumores sobre os planos de ataque da Polícia e da Guarda Negra à 2º Brigada.

Atuando por traz dos militares da “linha de frente” nas relações com o governo, esses jovens militares deram o impulso para criar um estado de tensão como aconteceu nos anos de 1886 e 1887. Não seria estranho supor de Jayme Benévolo as suas intenções com relação ao futuro político do país ao ler o final da carta enviada a Deodoro da Fonseca solicitando o seu desligamento da função de tesoureiro do clube em 14 de outubro de 1889.

“(…) continuarei como simples socio a dedicar ao Club todos os meos esforços para que elle possa aproximar-se constantemente do digno e partiotico fim a que se destina”.

Esses jovens militares republicanos radicais articularam-se convictos de que a república era o melhor caminho a ser traçado para “o solo da liberdade”. Não pretendemos minimizar a atuação de Deodoro, Benjamin entre outros, mas ressaltar o papel de grande importância dessa jovem officialidade que soube aproveitar as brechas deixadas pelo governo para remontar o ambiente dos conflitos de 1886-87.

O furor republicano que tomou conta da “mocidade” não foi acompanhado de uma proposta política organizada. Tanto os jovens militares quanto os outros envolvidos contra a Monarquia não tinham uma idéia prática de um governo republicano. Segundo

John Schulz:

“Esses reformadores acreditavam em “Ordem e Progresso” como os católicos professavam “fé, esperança e caridade”; mas nenhum desses conjuntos de idéias forma um programa político organizado”.

O Clube Militar não organizou um projeto republicano de governo porque não era uma instituição formada em sua totalidade por oficiais republicanos. Ao contrário, em seu nascedouro congregava oficiais de diferentes históricos de carreira e

posturas perante a carreira militar e, principalmente, divergentes envergaduras políticas. Encontramos na jovem oficialidade a ala radical republicana dentro do Clube Militar, o que explica, senão inteiramente ao menos em grande parte, a participação do clube na *Proclamação da República*. A falta de um pensamento homogêneo e a ausência de um projeto republicano até mesmo entre os oficiais republicanos facilitou divergências posteriores entre membros do clube.